

Linguística e discurso jurídico – um estudo com o gênero discursivo “Declarações e depoimentos”

Marlene Silva Sardinha Gurpilhares

Doutora em Linguística Aplicada, pela PUC/SP. Professora de Linguística e Língua Portuguesa das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila

Giovana Gleice Gomes dos Santos Gurpilhares

Mestre em Direito das Relações Sociais da PUC/SP. Professora de Direito das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, Assessora Jurídica na Prefeitura Municipal de Lorena

Arlete Aparecida Lima de Oliveira Ferrari

Graduanda em Letras, pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila e Escrivã de Polícia – Secretária Pública de São Paulo

Resumo

A linguagem jurídica no bojo do gênero discursivo “declarações e depoimentos” tem como objetivo estudar a retomada do referente e analisar a construção do sentido no texto. O estudo desse gênero discursivo na escola é importante, por aumentar o repercutório do estudante, não só quanto ao tipo textual, mas também quanto ao conteúdo e estrutura. Como referencial teórico, utilizamos, entre outras, as obras: Cardoso (2003), sobre a referência, de modo geral; Koch (2006) sobre processamento anafórico e Pietroforte (2003) sobre a referência a partir do estruturalismo.

Palavras-chave

Declarações; Depoimentos; Referenciação; Sentido.

Abstract

The juridical language within the “declarations and testimonies” gender speech has the purpose of studying the content and analyse the construction of the meaning in the text. The study of this gender speech at school is important because it increases the repertoire of the student, not only about the textual type, but also about content and structure. As a theoretical referential, we use, among others, the following theories: Cardoso (2003) about references, on the whole; Koch (2006) about anaphorical proceeding and Pietroforte (2003) about references on structuralism.

Keywords

Declarations; Testimonies; Referenciation; Meaning.

Introdução

Muito pouco tem se trabalhado o discurso jurídico em sala de aula. Portanto a sua inclusão no ensino de Língua Portuguesa, especialmente no Curso Médio, é uma contribuição bem-vinda para o ensino.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo analisar a construção da referência no gênero discursivo declarações e depoimentos e avaliar a sua contribuição para a construção do sentido.

Trata-se de um trabalho estritamente bibliográfico, pois não necessita de pesquisa de campo nem de um número volumoso de dados para sua execução. Sendo uma pesquisa qualitativa, tem como objetivo principal interpretar o fenômeno que observa, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é fonte direta de coleta de dados. A abordagem qualitativa realça os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes e, usualmente, é empregada para que o pesquisador compreenda os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade do fenômeno pesquisado.

O corpus selecionado para este trabalho consta de quatro “declarações”, gênero discursivo pertencente ao discurso jurídico. No entanto, por questão de espaço e tempo, apresentaremos somente a análise de uma “declaração”. Trata-se de um gênero no qual se tomam os depoimentos da vítima ou parte envolvida no processo, a fim de apurar a verdade real dos fatos.

Nos textos propostos para análise, nosso objetivo é, inicialmente, levantar as anáforas, seguindo-se a sua classificação, recuperação do referente e as expressões linguísticas que as ancoram.

Modelo de análise

Para a análise do texto seguimos as seguintes etapas:

a) Apresentação de texto

a1) Qualificação do envolvido

a2) O texto propriamente dito

b) Levantamento das anáforas

b1) Expressão linguística que ancora a anáfora

b2) Referente

b3) Classificação das anáforas

Os resultados das análises mostram que o estudo do processo de referenciação nos gêneros discursivos, em geral, e especificamente nas “declarações e depoimentos” é de extrema importância para a construção do texto.

O referente nos estudos linguísticos

Considerando-se que o objetivo dessa pesquisa é analisar a construção da referência no gênero discursivo: “declarações e depoimentos”, ressaltamos a importância de tecer algumas considerações sobre o papel do referente nos estudos linguísticos, seguindo-se uma visão geral sobre o gênero discursivo “declarações e depoimentos”.

Considerações gerais: o referente nos estudos linguísticos

Levando-se em conta que todo texto se constrói a partir da introdução e retomada de referentes, julgamos de extrema importância o estudo do processo de referenciação anafórica, para o processamento textual. Sendo assim e tendo em vista a nossa proposta, iniciamos esta pesquisa num mergulho histórico, a partir da Antiguidade.

Antiguidade

Segundo Lyons (1979), na Grécia, os estóicos foram os primeiros a se referirem sobre a relação significante / significado referente. Questionavam também se a relação entre a palavra e o que ela significa era: natural ou convencional. Assim, existe alguma relação entre a palavra “poltrona” e seu significado? ou é uma relação arbitrária? Constatamos aí a ausência do referente.

Os que aceitavam a hipótese de uma relação natural denominam-se “naturalistas” e os adeptos da hipótese convencional “convencionalistas”. Os naturalistas, no afã de provar suas convicções, afirmavam que todas as palavras eram apropriadas por natureza às coisas que elas significavam. Diziam eles que cabia ao filósofo discernir a realidade que estava atrás da aparência das coisas. Nascia assim a etimologia (estudo da origem das palavras).

Ainda na esteira desse propósito, procuraram estabelecer os vários modelos com referência aos quais se classificariam as palavras regulares da língua: o termo tradicional “paradigma” é a palavra grega para modelo ou exemplo.

A controvérsia entre naturalistas e convencionalistas durou séculos, produzindo contribuições para os estudos gramaticais, como a etimologia e o paradigma, entre outros

Finalmente, no século XX, Ferdinand de Saussure afirma que o signo linguístico é arbitrário, ou seja, convencional.

Voltando ao nosso objetivo, podemos afirmar que, no interior de toda essa discussão o referente está ausente.

Idade Média

Na Idade Média também existe a preocupação com a relação triádica: significante, significado e referente. Nesse período vemos florescer a filosofia escolástica, que também se interessava pela língua como instrumento de avaliação da realidade. Sob a influência das obras recém descobertas de Aristóteles e de outros filósofos gregos, as escolásticas tentaram reduzir todas as ciências, inclusive a Gramática, a uma série de proposições, cuja verdade poderia ser demonstrada conclusivamente, por dedução, partindo dos primeiros princípios. Nasceram os universais x linguísticos. Com os estóicos, a atenção voltou-se para o significado e o significante. Existia a idéia de um mundo cartografado, no qual a língua é um sistema de etiquetas que se ajustam às coisas, levando à concepção de um sentido universal. Mais uma vez o referente está ausente na construção do sentido.

Renascimento ou Idade Moderna

Nesse período houve pouca contribuição para o estudo do signo linguístico e para a construção do sentido.

Século XVII

Nesse período, Port Royal¹ retoma os universais linguísticos. Sua preocupação era com uma gramática universal. As coisas têm uma realidade exterior, são concebidas de uma

¹ Nome de uma gramática, criada na França (em Port Royal) chamada também “Grammaire Générale et Raisonnée” de autoria de Arnauld e Lancelot – Baseia-se nos universais linguísticos.

maneira única, universal, por todos os homens porque a razão também é a mesma para toda a humanidade. (Cardoso, 2003)

Segundo a gramática de Port Royal, o mundo se transforma em matéria mental e depois transforma-se em matéria linguística, porém nem sempre a matéria linguística é matéria do mundo. Trocando em miúdos, o objeto do mundo é diferente do objeto do pensamento. Há palavra que não tem significado no mundo, como a palavra “não” que significa um objeto do pensamento, que não existe no mundo.

Segundo Pietroforte (2003), há uma preocupação com a semântica do referente, na qual se reconhece a herança da tradição lógico-gramatical dominante no mundo ocidental, desde os antigos gregos, passando pela escolástica na Idade Média, pela lógica de Port-Royal, seguindo-se na Idade Moderna e, por seus inúmeros desdobramentos, nos séculos XVIII e XIX. “Nessa concepção, os estudiosos sempre acreditaram, com alguma variação terminológica de um autor para outro, que as **palavras** remetem aos **conceitos** e que estes, por sua vez, representam as coisas”. (Pietroforte, 2003:114)

Pelas palavras sublinhadas podemos verificar a preocupação dos estudos linguísticos com o significante (palavra) e o significado (conceito), preocupação que se estende pelos séculos XVIII e XIX.

Século XX

Estruturalismo Clássico: Ferdinand de Saussure muda essa concepção, de que o mundo era o mesmo para todos, que os conceitos eram universais e imutáveis. Com relação à ausência ou presença do referente, Saussure o exclui totalmente. Para ele, no signo linguístico existe somente significante (coisa) e o significado (idéia mental que se tem da coisa). Segundo este linguista, o significado se constrói no interior de uma determinada língua e só se define na relação entre os seus significantes.

Conforme exposto, contra a visão de um mundo discretizado, insurge-se Saussure, na virada entre os séculos XIX e XX, quando ele estabelece uma ligação entre o “conceito” e a “palavra”: significado/significante.

Ao contrário dos conceitos da tradição lógica, encarados como universais, “os significados saussurianos, só valem, a rigor, no interior de uma determinada língua, e só se definem na sua relação com seus significantes, por um lado, e com os demais significados de sua classe, por outro”. (Pietroforte, 2003:116)

Exemplo: o significante “manga” só adquire sentido quando relacionado com outros, na frase:

Ele rasgou a manga da blusa - “manga - roupa”

Ele gosta de manga- “manga – fruta”

Linguística Textual

Com o advento da Linguística Textual, que toma o texto como objeto de análise, o referente assume um papel muito importante na construção do texto. O referente passa a ocupar um lugar de destaque no processamento textual, visto que o sentido se constrói a partir da categorização e recategorização do referente.

Ressurge o “referente”, inicialmente numa abordagem tipicamente semântica, ou seja, a sua recuperação se dá exclusivamente no interior do texto.

Exemplos:

- Encontrei o menino. Ele estava bem. (anáfora)

No 1º exemplo temos uma anáfora porque o termo anaforizado está antes do anaforizante.

- Só lhe desejo isto: seja feliz. (catáfora)

No 2º exemplo temos uma catáfora porque o anaforizante vem antes do anaforizado.

Para os autores Villela e Koch (2001), os elementos da referência não podem ser interpretados semanticamente, por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação.

Como o texto é a unidade básica de interação/comunicação humana verificou-se a importância de ir além da abordagem sintático/semântica, impondo-se a Pragmática, que estuda a descrição das ações em que os usuários da língua, em situações de interlocução, realizam através da linguagem, considerada como atividade intencional e social, visando a determinados fins.

Segundo os mesmos autores, não basta apenas a incorporação dos interlocutores, pois eles vivem em sociedade, e em uma determinada cultura, com tradições e costumes que devem ser obedecidos e perpetuados. Sendo assim, deve-se levar em conta o contexto cognitivo, considerado o mais importante, e para que a comunicação se efetue, é necessário que os interlocutores tenham seus contextos cognitivos, pelo menos, parcialmente semelhantes

É possível afirmar que seguindo a proposta desses autores, o contexto cognitivo engloba os demais tipos de contexto, já que tanto o co-texto, como a situação de comunicação, bem como as ações comunicativas e interacionais realizadas pelos interlocutores passam a fazer parte do domínio cognitivo de cada um deles.

Diante dessas posturas teóricas, o referente deixa de ser visto numa abordagem sintático-semântica e passa a ser considerado “objeto do recurso”, numa abordagem pragmático-discursiva.

Surge a proposta de substituir a noção de referência pela de referenciação, porque a referência deixa de ser uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas. Nesse contexto, os referentes não mais espelham diretamente o mundo real. São construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso, em concordância com aquilo que temos de percepção do mundo.

Nessa perspectiva é importante ressaltar a função das anáforas no processamento textual, uma vez que elas são responsáveis pela recuperação dos referentes com a finalidade de se construir o sentido do texto.

É através da anáfora, mecanismo linguístico, por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste, que se dá o processamento textual.

Para uma classificação das anáforas, seguimos Koch e Elias (2006) para quem: “anáforas indiretas caracterizam-se pelo fato de não existir no co-texto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação que se pode denominar âncora e que é decisivo para a interpretação”.

Segundo as mesmas autoras, anáfora associativa é aquela que introduz um referente novo no texto, por meio da exploração de relações meronímicas, ou seja, uma relação de ingrediência (um dos elementos é parte do outro).

Koch e Elias (2006) referem-se ainda aos “rótulos”, ou nominalizações – sintagmas nominais que retomam partes maiores ou menores do texto. Nessa pesquisa denominamos essas anáforas de encapsuladoras.

Segue-se uma classificação das anáforas, a partir do exposto:

- anáfora direta: o referente está explícito no texto.

Para Apothéloz (2003) as anáforas diretas podem ser: **fiel**, quando retomam o referente com a mesma palavra e **infiel** quando usam outra palavra.

Exemplo de anáfora direta infiel: Comprei uma arma. **Ela** será usada para o assassinato de minha mulher.

Exemplo de anáfora direta fiel: Comprei um **livro**. O **livro** estava todo rasgado.

- anáfora indireta: o referente não está explícito no texto, ele é recuperado por meio do conhecimento prévio.

Exemplo: Foi realizada a prisão masele estava sob o efeito de substância entorpecente.

- anáfora associativa: um novo referente é introduzido no texto por meio da relação de parte para o todo ou vice-versa. Trata-se de uma relação de ingrediência.

Exemplo: Ele não veio na viatura policial. Não havia **gasolina** e os **pneus** estavam furados.

- anáfora encapsuladora: retoma uma parte do texto, resumindo-a.

Exemplo: O adolescente estava alterado no momento da apreensão. **Isto** atrapalhava o procedimento de polícia judiciária.

- anáfora elíptica: segundo Fávero(2007:23), “além da substituição por proformas, pode ocorrer também a substituição por zero – elipse – de entidades já introduzidas no texto”. É o que estamos chamando de anáfora elíptica, representada por Ø.

Exemplo: Maria veio de São Paulo. Ø Chegou cansada.

A partir do exposto, parece lícito afirmar que o “sentido” de um texto é construído na interação texto/usuário. Essa proposta repousa na concepção interacional da língua, segundo a qual o texto é o lugar onde interagem os interlocutores, a partir de seus conhecimentos sócio-históricos e ideológicos, partilhados.

Suporte linguístico das anáforas

O suporte linguístico das anáforas é representado por recursos de ordem gramatical: pronomes de terceira pessoa (retos e oblíquos) e os demais pronomes, numerais, advérbios, recursos de ordem lexical ou por elipses.

Seguem-se alguns exemplos:

- O assassino estava armado. **Ela** não disparou. (pronome, caso reto)
- O assaltante subtraiu todo o dinheiro do caixa e ainda levou **consigo** mediante grave ameaça, exercida com arma de fogo, o funcionário que estava no caixa. (pronome, caso oblíquo)
- Havia registrado no Boletim de Ocorrência três vítimas. **A primeira** veio a óbito. (numeral)
- Tendo obtido êxito da prática delituosa, o assaltante saiu em disparada, mas a alguns quarteirões estava o seu comparsa, a **quem** entregou o produto do roubo. (pronome indefinido)

Considerações sobre o gênero textual “declarações e depoimentos”

Segundo Gomes (2006), o primeiro instituto de processo penal, referido no CPP, a partir do art. 4º, é o inquérito policial. Não apenas pela sua topografia, o inquérito policial é a gênese de qualquer procedimento de investigação e destina-se à apuração de infrações penais e sua autoria.

Oitivas de testemunhas – termo de depoimento e termo de declarações

São ouvidas as pessoas envolvidas. Caso não haja impedimento legal (arts. 206 e 208 do CPP), é tomado o compromisso de falar a verdade (art. 203 do CPP – “a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade”), sob as penas do art. 342 do CP (falso testemunho – fazer afirmação falsa, calar ou omitir a verdade – reclusão de 1 a 3 anos e multa). A testemunha presencial ou a referida por uma que presenciou os fatos ou qualquer outra pessoa que possa trazer elementos de convicção ao presidente do inquérito policial (Delegado de Polícia) são ouvidos em termo de depoimento.

Na fase do inquisitório na persecução criminal, o indivíduo é intimado a depor ou prestar declarações à Autoridade Policial, que reduzirá a termo no intuito de esclarecer algum fato que esteja sendo objeto de investigação criminal. O referido termo ocorre numa verificação preliminar de informação, redigida em declarações ou depoimentos.

- “As tomadas de depoimento, nas instituições jurídicas, se dão, inicialmente, em contexto cênico de linguagem falada, pois a oralidade é um dos princípios do Processo Penal” (Romualdo, 2006, pg 183, apud Navarro).

Segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, termo de depoimento é aquele em que a pessoa, (testemunha), presta o compromisso formal da verdade, sendo que poderá responder pelo crime de falso testemunho se o que disser não for a verdade.

Termo de declaração é uma espécie de “depoimento”, sem o compromisso da verdade; geralmente os investigados de um delito, antes de serem interrogados, prestam declarações, tanto quanto aquelas pessoas que tenham relação de parentesco com o ofendido, assim como os menores impúberes e o próprio ofendido.

- Nessa etapa, os agentes da justiça, ao exercerem o poder do questionamento, conduzem o depoimento, visto que realizam perguntas seguindo a ótica da justiça, ou seja, procuram fazer com que as testemunhas forneçam informações que julgam necessárias para o processo. Contudo os dados orais devem ser convertidos em texto escrito, pois: a) os autos do processo constituem-se de um conjunto de documentos; b) a busca pela verdade obriga os agentes da justiça a manusearem e analisarem as provas testemunhais. Logo, os depoimentos orais são reduzidos a termo pelo Escrivão, ou são consignados pelo Juiz, passando a fazer parte do processo, sob uma formalização escrita. (Romualdo, apud Navarro, 2006).

O trabalho da Polícia Judiciária é de responsabilidade do Presidente do feito, o Delegado de Polícia. No momento da realização de um depoimento ou declaração, às vezes não há coerência na elaboração do texto, tendo em vista que ele é retomado várias vezes, causando ao Magistrado, dificuldades para interpretar o texto.

Esse problema ocorre em razão de uma “série de interferências dos agentes da justiça na elaboração dos textos”. Ao construírem o discurso escrito a partir do que ouvem ou vêem, os Escrivãos, Delegados e Juízes instauram uma outra situação enunciativa que acarreta

perdas, seleções e acréscimos com relação à voz original (Romualdo, 2006, pg 183, apud Navarro).

Pelo exposto entendemos que existe uma mediação entre o que é dito pela testemunha e o que é consignado pelo Juiz.

A pretensão de objetividade do discurso jurídico permite aos representantes da ordem pública retirar dos relatos orais o que consideram dispensável.

Assim, introduzem-se nesse novo contexto os discursos direto e indireto e eliminam-se marcas de oralidade.

Um texto mal redigido pode ser prejudicial às partes envolvidas dentro do processo, as quais poderão ou não ser condenadas, tendo em vista que, após oferecimento da denúncia, o termo será repetido por Juiz de Direito, podendo inclusive realizar maiores questionamentos, no intuito de estabelecer o seu convencimento sobre a verdade real.

Análise do “corpus”

Critério de escolha

Conforme exposto na fundamentação teórica, trata-se de um gênero no qual se tomam os depoimentos da vítima ou parte envolvida no processo, a fim de apurar a verdade real dos fatos.

A escolha desse “corpus” se deve à importância de um trabalho com o discurso jurídico em sala de aula, uma vez que, as propostas de ensino da Língua Portuguesa preconizam o estudo com um número bastante abrangente de gêneros discursivos.

Ocorre ainda que é importante para o educando o conhecimento desse gênero pois, de um modo ou de outro, ele permeia o âmbito de nossa sociedade, podendo ser útil para a formação integral do educando.

Procedimentos Metodológicos

Para Gil (1999) uma pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Modelo de análise

Apresentação do relato a ser analisado

- a) Qualificação da vítima ou envolvido
- b) O texto completo do relato

Levantamento das anáforas existentes no texto a ser analisado, observando:

- a) A expressão linguística que ancora a anáfora
- b) Referente da anáfora

Classificação das anáforas em:

- a) anáfora direta

- b) anáfora indireta
- c) anáfora encapsuladora
- d) anáfora associativa
- e) anáfora elíptica

Levantamento dos resultados

a) número total de anáforas

- a1-** anáfora direta
- a2-** anáfora indireta
- a3-** anáfora encapsuladora
- a4-** anáfora associativa
- a5-** anáfora elíptica

Considerações sobre os tipos de anáforas que mais ocorreram

Análise propriamente dita

- a) Qualificação: D.C.L.

Qualificação do envolvido: Dante Claro Livre, portador do RG no 12. 211.000 SSP/SP, Filho de Santo Aquino e de Maria Luz, Brasileiro, branco, solteiro, nascido: em Itamaracá-MG em 10.10.73, End. Res: Alameda dos Lírios, no.450, Bairro dos Pássaros, Sertão-SP

- b)O texto completo do relato: histórico

(1)Declara que na data de hoje, por volta das 13:00, (2)dirigiu-se até o supermercado X a fim de (3)comprar carne para o gato de (4)sua irmã. Ao chegar de motocicleta, (5)estacionou-a, (6)resolvendo (7)ir ao banheiro inicialmente. Enquanto (8)entrava no banheiro, (9)avistou uma garotinha, (10)a qual (11)estava olhando para (12)si. Então (13)fez gestos como se (14)estivesse chamando-a(15). (16)Esclarece que chamou-a(17) à toa, sem qualquer outra intenção, mas (18)a menina (19)acabou (20)falando para (21)o seu tio e não (22)atendeu ao seu chamado. (23)Nisso o declarante entrou no banheiro, sendo que ao sair (24)deparou com (25)um homem que (26)era o tio da garotinha, (27)o qual perguntou (28)à sobrinha “foi (29)esse?”, ao que (30)esta (31)confirmou. Então foi (32)detido e conduzido até a Delegacia. (33)Esclarece que no momento em que chamou (34)a menina, (35)esta encontrava-se na porta do mercado, (36)que fica próximo ao (37)banheiro, parecendo estar acompanhada de (38)seu tio. (39)Esclarece que mora na Alameda dos Lírios, mas que atualmente encontra-se na casa de sua irmã, (40)a qual está passeando de viagem ao litoral paulista. Nunca viu a garotinha antes. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai devidamente assinado pela Autoridade, pelo declarante e como Escrivão de Polícia que o digitei. (Este trecho faz parte do encerramento das declarações, comumente apresentado.

Autoridade:

Declarante:

Escrivão:

Levantamento das Anáforas

Anáfora 1

- a) Expressão linguística que ancora a anáfora: “Ele” (oculto) declara.

Inicialmente temos o verbo “Declara”, cujo sujeito está no início do histórico, nomeado por D.C.L.

b) Referente:

Conforme exposto, o referente está no texto da qualificação – D.C.L.

c) Classificação da anáfora:

Considerando-se que o “histórico” é parte do Relato, podemos afirmar que trata-se de uma **anáfora elíptica**, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 2

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto) dirigiu-se.

b) Referente: o declarante D.C.L.

Conforme exposto, está no texto da qualificação -D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Considerando-se que o “histórico” é parte do relato, podemos afirmar que trata-se de uma anáfora elíptica, pois tem o referente no texto, e é uma substituição por zero.

Anáfora 3

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto)comprar.

b) Referente: o declarante D.C.L.

Conforme exposto, está no texto da qualificação -D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Considerando-se que o “histórico” é parte do relato, podemos afirmar que trata-se de uma anáfora elíptica, pois tem o referente no texto e é uma substituição por zero.

Anáfora 4

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: - sua

b) Referente:

O referente é o pronome “**ele**”, porque “**sua**” equivale a **d(ele)** -D.C.L.

c) Classificação das anáforas

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora direta**.

Anáfora 5

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: a

b) Referente:

O referente é a motocicleta.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora direta**.

Anáfora 6

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto) resolvendo.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, sendo uma substituição por zero.

Anáfora 7

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto) ir.

b) Referente:

O referente é o pronome “**ele**” porque equivale ao declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 8

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto) entrava.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 9

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ele (oculto) avistou.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 10

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: a qual

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora direta**.

Anáfora 11

a) Expressão linguística que anconra a anáfora: ela (oculto) estava olhando.

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**”.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 12

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: si

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora direta**.

Anáfora 13

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) fez.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de uma substituição por zero.

Anáfora 14

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) estivesse.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de uma repetição por zero.

Anáfora 15

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: - a (chamando)

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**”.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora direta**.

Anáfora 16

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) esclarece.

b) Referente:

O referente é o declarante do texto D.C.L.

c) Classificação da anáfora

Se o texto da qualificação é parte do Relato, então podemos afirmar que é uma **anáfora elíptica**, pois trata-se de uma substituição por zero.

Anáfora 17

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: a (chamou)

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Podemos afirmar que é uma **anáfora direta**

Anáfora 18

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: - a menina

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta

Anáfora 19

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ela (oculto) acabou.

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 20

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ela (oculto) falando.

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 21

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: seu – d’ela.

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 22

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) atendeu.

b) Referente:

O referente é o “**tio da garotinha**” .

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 23

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: isso (nisso)

b) Referente:

O referente é “**nesse momento**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora encapsuladora, pois resume parte do texto.

Anáfora 24

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ela (oculto) deparou.

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois trata-se de uma substituição por zero.

Anáfora 25

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: um homem

b) Referente:

O referente é o “**tio da garotinha**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 26

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) era.

b) Referente:

O referente é o “**tio da garotinha**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 27

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: o qual

b) Referente:

O referente é o “**tio da garotinha**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 28

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: a sobrinha

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 29

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: esse

b) Referente:

O referente é o “**indivíduo assediador**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 30

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: esta

b) Referente:

O referente é a “**garotinha**” do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 31

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ela (oculto) confirmou.

b) Referente:

O referente é o pronome “**ela**” porque equivale a garotinha do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois trata-se de substituição por zero.

Anáfora 32

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) foi detido.

b) Referente:

O referente é o “**assediador**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois trata-se de uma substituição por zero.

Anáfora 33

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) esclarece.

b) Referente:

O referente é o “**assediador**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 34

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: a menina

b) Referente:

O referente é o pronome “**ela**” porque equivale à garotinha do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 35

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: esta

b) Referente:

O referente é o pronome “**ela**” porque equivale a garotinha do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 36

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: que

b) Referente:

O referente é o estabelecimento comercial denominado “**mercado**” .

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 37

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: banheiro

b) Referente:

O referente é o utilitário “**banheiro**” .

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 38

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: seu tio.

b) Referente:

O referente é o “**tio**” da garotinha do texto.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Anáfora 39

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: ele (oculto) esclarece.

b) Referente:

O referente é o “**assediador**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora elíptica, pois é uma substituição por zero.

Anáfora 40

a) Expressão linguística que ancora a anáfora: a qual

b) Referente:

O referente é a “**irmã do assediador**”.

c) Classificação da anáfora

Anáfora direta.

Considerações finais

Os parâmetros curriculares enfatizam a importância de se trabalhar em sala de aula os vários gêneros discursivos, incluindo-se entre eles o gênero “declarações e depoimentos”.

É importante para o aluno, não só por conhecer mais um gênero discursivo, bem como apresentar-lhe a estruturação desse gênero e o seu conteúdo.

Ocorre ainda a possibilidade de algum dia esse aluno vivenciar a problemática de estar frente à Autoridade judiciária.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo examinar a construção do sentido nesse gênero discursivo, a partir do processo de referenciação, ou seja, verificar como se constrói a referência no gênero “declarações e depoimentos”.

Lembrando-se que o sentido de um texto se constrói a partir da introdução e retomada de seus referentes, buscamos nesse gênero examinar o processo de construção da referência.

O levantamento dos resultados apontou: 20 anáforas elípticas, 19 anáforas diretas e 1 anáfora encapsuladora, expressa por um pronome demonstrativo neutro.

Quanto às expressões linguísticas que ancoram as anáforas apareceram em maior número os pronomes retos ocultos, seguindo-se: pronomes oblíquos, pronomes relativos, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos (neutros e outros), expressões nominais à sua correspondência com as anáforas elípticas.

O maior número de anáforas elípticas deve-se à presença maior de um único referente: o réu.

Esse trabalho abre perspectivas para um estudo com outros gêneros discursivos.

Referências Bibliográficas

APOTHELOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In Referenciação. Orgs. Cavalcante, Mônica; Rodrigues, Bernadete; Ciulla, Alena.S.P, Contexto, 2003.

CARDOSO,Silvia Helena Barbi (2003). A questão da referência, Campinas. Autores Associados Ltda.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais, Edit Ática, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ed.SãoPaulo:Atlas, 1999.

GOMES, Rodrigo Carneiro. **Roteiro prático do inquérito policial**. Teresina, ano 11, n. 952, 10 fev. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7944>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

<http://jconcursos.uol.com.br/Concursos/Noticiario/especial-concurso-escrivao-policia-civil-25201>

KOCH, Ingedore G. Villaça; **ELIAS**, Wanda. Ler e Compreender, Edit Contexto, 2006.

LYONS, John. Introdução à Linguística Teórica.S.P, Cia Edit Nacional, 1979.

PIETROFORTE,Antonio Vicente Seraphim;**LOPES**, Ivan Carlos. Semântica Lexical” In: Fiorin, José Luiz. Org.: Introdução à lingüística. II Princípios de análise, S.P., Edit Contexto,111-135.(2003).

ROMUALDO, Edson Carlos. A construção polifônica dos depoimentos da justiça. In Estudos do texto e do discurso. Org.: Pedro Navarro. S.P. São Carlos, Edit Clara Luz, 2006.

VILELA, Mário; **KOCH**, Ingedore G. Villaça. Gramática da língua portuguesa. Portugal: Livraria Almedina, (2001).